

**SEGURO DE SAÚDE
(CANAL BANCÁRIO MG)**



canal bancário



LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Rua de S. Domingos à Lapa, 35 1249-130 Lisboa PORTUGAL www.lusitania.pt
T (+351) 210 407 510 / 220 407 510 (Dias úteis, das 08h30 às 19h30) **F** (+351) 213 973 090 **E** lusitania@lusitania.pt
Capital Social 12.500.000 Euros Pessoa Coletiva n.º 501 689 168 na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEGURO DE SAÚDE (CANAL BANCÁRIO MG)

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRELIMINAR

- 1– Entre a Lusitania, Companhia de Seguros S.A., adiante designada por LUSITANIA, e o tomador do seguro mencionado nas condições particulares, estabelece-se um contrato de seguro que se regula pelas presentes condições gerais, pelas condições particulares, e ainda, se contratadas, pelas condições especiais.
- 2– A individualização do presente contrato é efetuada nas condições particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados da pessoa segura, os dados do representante da LUSITANIA para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
- 3– As condições especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes condições gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas condições particulares.
- 4– Compõem ainda o presente contrato, além das condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro, pessoa segura ou beneficiário.
- 5– Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

Definições, objeto e garantias do contrato

Cláusula 1.^a

Definições

Para efeitos do disposto no presente contrato, entende-se por:

- 1– *Apólice*, conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro;
- 2– *Segurador (LUSITANIA)*: a entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro de saúde, que subscreve o presente contrato;
- 3– *Administrador*, a AdvanceCare, entidade que, por conta da LUSITANIA, organiza a rede de prestadores, procede à gestão das prestações devidas pelo contrato e articula o pagamento direto das despesas médicas, quer aos prestadores convencionados, nomeadamente médicos, hospitais, centros de diagnóstico, quer às pessoas seguras;
- 4– *Tomador do seguro*, a pessoa ou entidade que contrata com a LUSITANIA, sendo responsável pelo pagamento do prémio;
- 5– *Pessoa segura*, a pessoa cuja saúde ou integridade física se segura;
- 6– *Agregado familiar*, o conjunto de pessoas constituído pela pessoa segura, o seu cônjuge ou pessoa que com ele viva em união de facto, e os seus descendentes menores e solteiros (ou, não sendo menores, até ao limite de idade de 24 anos, desde que sejam estudantes, incluindo adotados e tutelados), que coabitem com a pessoa segura;
- 7– *Acidente*, o acontecimento fortuito, súbito e anormal, devido a causa exterior e estranha à vontade da pessoa segura e que nesta origine lesões corporais que possam ser clínica e objetivamente constatadas e tenham sido objeto de observação em serviço de urgência hospitalar;
- 8– *Doença*, toda a alteração involuntária do estado de saúde, não causada por acidente e suscetível de constatação médica objetiva;



- 9– *Doença manifestada*, a doença que se haja revelado, tenha sido objeto de um diagnóstico inequívoco e / ou dado lugar ao respetivo tratamento;
- 10– *Doença súbita*, toda e qualquer doença que requeira tratamento de urgência em hospital, quer em regime de internamento, quer em regime ambulatorio;
- 11– *Acidente ou doença preexistente*, o acidente ocorrido ou qualquer doença ou lesão, que tenha sido objeto de um diagnóstico inequívoco ou cujos sintomas eram evidentes e da qual a pessoa segura tinha ou deveria ter conhecimento, pois razoavelmente não podia ignorar, ou para a qual já recebera aviso médico ou tratamento, antes da data de início do seguro;
- 12– *Gravidez preexistente*, a gravidez com início anterior à data de celebração do contrato;
- 13– *Afeção*, qualquer doença ou acidente cobertos pela apólice;
- 14– *Cuidados de reabilitação, continuados e paliativos*, conjunto de cuidados totais, prestados a pacientes que já não têm possibilidade de cura e cujo objetivo é oferecer a maior qualidade de vida possível e assistência médica para reduzir a severidade da doença ou dos sintomas;
- 15– *Internamento*, a permanência medicamente justificada da pessoa segura num hospital ou clínica por um período superior a 24 horas;
- 16– *Ambiente hospitalar*, conjunto de meios infraestruturais, recursos técnicos, tecnológicos e humanos diferenciados, que permitem executar cada ato com qualidade e segurança, incluindo a capacidade de resposta eficaz para eventos súbitos que ponham em risco a vida da pessoa segura, e que existem nas estruturas hospitalares ou equivalentes;
- 17– *Pequena cirurgia*, procedimento cirúrgico de menor complexidade, realizado em ambiente hospitalar, tradicionalmente efetuado em regime de ambulatorio, com todos os seus elementos constituintes (admissão, cirurgia, recobro pós-cirúrgico e alta para casa) durante um período normal de trabalho (não excedendo 12 horas, e sem pernoita hospitalar);
- 18– *Cirurgia robótica*, técnica também conhecida com videoscopia assistida por robótica, consistindo num sistema de tratamento cirúrgico controlado pelo cirurgião, a partir de uma consola e executada por meios mecânicos.
- 19– *Prestações convencionadas*, as despesas médicas efetuadas pelas pessoas seguras na rede de prestadores, sendo a comparticipação a cargo da LUSITANIA paga diretamente aos prestadores;
- 20– *Prestações indemnizatórias*, as despesas médicas efetuadas pelas pessoas seguras, e que dão origem a um reembolso direto da LUSITANIA às pessoas seguras de acordo com a percentagem, franquias e limites, estipulados nas Condições Particulares;
- 21– *Despesa médica*, o gasto realizado pela pessoa segura para aquisição de bens ou de serviços clinicamente necessários para o tratamento de doença ou lesão garantidos pela apólice;
- 22– *Serviços clinicamente necessários*, os bens, serviços ou cuidados de saúde entendidos como tal e que sejam:
- a) Necessários para tratamento de doença ou de lesão resultante de acidente das pessoas seguras;
 - b) Adequados à situação diagnosticada;
 - c) Prestados da forma mais eficiente em termos de custo e mais adequada ao tipo de serviço a prestar;
 - d) De reconhecida validade clínica.
- 23– *Prótese*, todo o instrumento ou aparelho clinicamente concebido e recomendado para substituir total ou parcialmente um membro ou órgão;
- 24– *Ortótese*, todo o instrumento ou aparelho clinicamente concebido e recomendado para ajudar um membro ou órgão a desempenhar, no todo ou em parte, a sua função;
- 25– *Pré-autorização*, a aprovação dada pelos serviços clínicos do administrador ou da LUSITANIA, quando exigível nos termos da apólice, que permite às pessoas seguras o acesso aos cuidados de saúde garantidos pelo presente contrato;
- 26– *Rede de prestadores*, o conjunto de prestadores de cuidados de saúde, nomeadamente médicos, hospitais, clínicas, centros de diagnóstico e outras unidades de saúde com as quais a LUSITANIA e / ou o administrador tenha celebrado um acordo de prestação de serviços e que asseguram às pessoas seguras a execução dos serviços garantidos pelo contrato no âmbito das prestações convencionadas;
- 27– *Médico*, o licenciado por Faculdade de Medicina ou Medicina Dentária, legalmente autorizado a exercer a profissão no respetivo país e cuja especialidade e inscrição sejam reconhecidas pela Ordem dos Médicos ou pela Ordem dos Médicos Dentistas, e que não seja cônjuge de direito ou facto, pai, filho ou irmão da pessoa segura;
- 28– *Hospital ou clínica*, o estabelecimento legalmente reconhecido onde são prestados serviços permanentes de saúde às pessoas seguras, por médicos e enfermeiros diplomados, não sendo, para efeitos deste contrato,



considerados como tal, termas, sanatórios, casas de repouso, lares, centros de toxicodependência e de alcoolismo e outros estabelecimentos similares;

29– *Cartão de saúde*, o cartão pessoal e intransmissível que identifica a pessoa segura e permite o seu acesso aos cuidados de saúde no âmbito da rede de prestadores;

30– *Sinistro*, o evento ou série de eventos suscetível de fazer funcionar as garantias da apólice;

31– *Período de carência*, o espaço de tempo que difere a eficácia das garantias da apólice para uma data posterior à do início do contrato;

32– *Comparticipação*, a percentagem ou valor máximo de despesas médicas garantidas por este contrato que fica a cargo da LUSITANIA;

33– *Franquia*, a importância que, em caso de sinistro, fica a cargo da pessoa segura, e cujo montante está estipulado nas Condições Particulares;

34– *Copagamento*, a percentagem do valor total a pagar ou quantia definida nas Condições Particulares que em caso de recurso a qualquer prestador da rede fica a cargo da pessoa segura e que deverá obrigatoriamente ser liquidada aquando da prestação do serviço;

35– *Código da nomenclatura e valores relativos de atos médicos*, entende-se a tabela publicada pela Ordem dos Médicos que inclui todas as intervenções cirúrgicas valorizadas em número de “K”, sendo atribuído tantos mais “K” quanto maior for a complexidade do ato médico efetuado.

Cláusula 2.^a

Objeto e garantias do contrato

1– A LUSITANIA garante o pagamento, em consequência de doença ou acidente ocorridos durante o período de vigência do contrato, das prestações indemnizatórias ou convencionadas devidas de harmonia com as coberturas contratadas e até ao limite dos valores indicados nas Condições Particulares.

2– Fica excluído das garantias do contrato o pagamento de quaisquer despesas médicas ou medicamentosas reclamadas pela rede de hospitais e outras instituições que integrem o Serviço Nacional de Saúde, quando a pessoa segura, sendo beneficiária de tal serviço, aí for assistida, ficando no entanto garantido o pagamento das respetivas taxas moderadoras.

Cláusula 3.^a

Período de carência

1– Salvo convenção em contrário, as prestações garantidas só são eficazes relativamente a despesas incorridas após o decurso de um período de carência de 90 dias, contados da data de início da cobertura ou da data de inclusão da pessoa segura.

2– O período de carência a que se refere o número anterior é alargado para 540 dias no caso de despesas motivadas por:

- a) Intervenção cirúrgica a insuficiência venosa dos membros inferiores;
- b) Intervenção cirúrgica a hérnias discais e abdominais;
- c) Intervenção cirúrgica do foro ORL (otorrinolaringologia);
- d) Intervenção cirúrgica a úlcera gastroduodenal;
- e) Intervenção cirúrgica do foro ginecológico por patologia benigna;
- f) Litotricia renal e vesicular;
- g) Hemorroidectomia;
- h) Intervenção cirúrgica por patologia mamária;
- i) Intervenção cirúrgica por patologia da tiroide;
- j) Intervenção cirúrgica por patologia da vesícula biliar;
- k) Artroscopia;
- l) Intervenção cirúrgica para tratamento de roncopatia e apneia do sono;
- m) Extração de nevos, sinais, quistos e verrugas;
- n) Gravidez;



- o) Interrupção involuntária da gravidez;
- p) Parto.
- 3- Não é considerado qualquer período de carência em despesas efetuadas:
 - a) Em consequência de acidente que requeira tratamento de urgência em hospital, entendendo-se como tal o tratamento que deva ser efetuado até 48 horas após o acidente;
 - b) Por recém-nascidos incluídos no contrato até 30 dias após a data de nascimento, nos termos do n.º 2 da cláusula 18.ª.

Cláusula 4.ª **Âmbito territorial**

- 1- O contrato é válido em Portugal.
- 2- O contrato é válido no estrangeiro quando se verifique uma das seguintes condições:
 - a) Em caso de acidente ou doença súbita que requeira tratamento de urgência em hospital em regime ambulatorio ou de internamento, desde que a pessoa segura demonstre à LUSITANIA que a sua permanência no estrangeiro não será superior a 60 dias;
 - b) Em caso de qualquer tratamento no estrangeiro, desde que uma entidade médica, nomeada pelo administrador ou pela LUSITANIA, reconheça a impossibilidade de se efetuar o tratamento em causa, em território nacional.
- 3- Mediante expressa indicação nas Condições Particulares, e sem prejuízo do disposto do n.º 2 desta cláusula, o presente contrato poderá igualmente produzir efeitos nos países indicados nas Condições Particulares nos termos e condições nestas referidos.

Cláusula 5.ª **Exclusões**

Salvo expressa convenção em contrário nas Condições Particulares, fica sempre excluído deste contrato o pagamento de prestações resultantes de:

- 1- Situações de doença ou gravidez preexistente ou acidente ocorrido antes da data de inclusão no seguro;
- 2- Tratamentos ou cirurgias destinados à correção de anomalias, doenças ou malformações congénitas, exceto quando digam respeito a crianças incluídas e aceites desde a data do seu nascimento em contrato que esteja em vigor na LUSITANIA há mais de um ano, garantindo a totalidade do agregado familiar;
- 3- Tratamentos e cirurgia do foro estético ou plástico, exceto se consequentes de acidente a coberto da apólice e ocorrido na vigência desta e forem considerados clinicamente necessários no decorrer dos primeiros doze meses seguintes à data de ocorrência do acidente;
- 4- Consultas, exames, tratamentos, e cirurgia de regulação de peso e rejuvenescimento;
- 5- Cirurgias, consultas, exames e tratamentos de obesidade, incluindo obesidade mórbida, suas complicações, sequelas, doenças associadas e / ou complicações;
- 6- Consultas e exames com nutricionistas;
- 7- Consultas, elementos auxiliares de diagnóstico, receituário e tratamentos efetuados no âmbito da fertilidade, insuficiência sexual ou qualquer método de fecundação artificial e suas consequências, nomeadamente a interrupção involuntária da gravidez, ficando no entanto garantidas as despesas com o parto normal ou cesariana que venha a resultar dos tratamentos, quando tenha sido contratada a respetiva Condição Especial;
- 8- Alcoolismo e tratamentos relativos à toxicodependência, bem como todas as doenças ou lesões adquiridas pela pessoa segura por ter agido sob influência de álcool, estupefacientes, outras drogas ou produtos tóxicos, quando não prescritos por receita médica;
- 9- Doenças ou lesões resultantes dos efeitos de radiações, emanações nucleares ou ionizantes;



- 10– Hemodiálise;
- 11– Transplantes e suas implicações;
- 12– S.I.D.A. e suas implicações;
- 13– Tratamentos não cirúrgicos de varizes, nomeadamente injeções esclerosantes e laser;
- 14– Tratamentos com recurso à utilização de Fatores de Crescimento, incluindo os derivados de plaquetas sanguíneas;
- 15– Métodos contraceptivos ou realizados com essa finalidade, nomeadamente quaisquer métodos de controlo de natalidade e planeamento familiar, incluindo despesas com medicamentos, tratamento ou intervenções cirúrgicas com finalidades contraceptivas;
- 16– Tratamentos e cirurgias de mudança de sexo ou desordens de género;
- 17– Exames de rotina e *check-up*;
- 18– Atos médicos praticados em consequência de doença ou acidente que tenham sido intencionalmente provocados pela pessoa segura, incluindo a tentativa de suicídio ou o agravamento do seu estado de saúde;
- 19– Doenças epidémicas oficialmente declaradas ou doenças infectocontagiosas de notificação obrigatória;
- 20– Tratamentos de perturbações demenciais e do foro psíquico e / ou psiquiátrico, nomeadamente internamento hospitalar, consultas ou tratamentos de psicanálise, psicologia, psicoterapia, hipnose, terapia do sono ou outros, bem como respetivo receituário, salvo convenção em contrário, relativa a consultas de psiquiatria expressa em Condição Especial e / ou Particular;
- 21– Serviço de enfermagem particular ao domicílio;
- 22– Tratamentos e medicamentos experimentais e ensaios clínicos;
- 23– Curas de repouso, tratamentos em sanatórios, casas de repouso, lares para a terceira idade, termas e outros estabelecimentos similares;
- 24– Internamentos com o propósito de obter cuidados de reabilitação, continuados e paliativos, bem como assistência e tratamento hospitalar por razões de carácter social;
- 25– Consultas e tratamentos de hidroterapia, acupunctura, medicina natural, homeopatia, reflexologia, osteopatas e quiropatas ou semelhantes;
- 26– Tratamentos refrativos à miopia, astigmatismo e hipermetropia, cirúrgico ou a laser;
- 27– Cirurgia do foro estomatológico, exceto se em consequência de acidente abrangido por este contrato e ocorrido durante a sua vigência, ao abrigo da Condição Especial Assistência em Regime de Internamento Hospitalar;
- 28– Ginástica e massagens;
- 29– Todo o tipo de despesas com acompanhantes, exceto para crianças com idade inferior a 12 anos;
- 30– Acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- 31– Acidentes e doenças com cobertura em seguros obrigatórios;
- 32– Quaisquer lesões resultantes de:
 - a) Calamidades naturais;
 - b) Atos de terrorismo, incluindo aqueles que se consubstanciem na utilização de armas bacteriológicas ou agentes químicos ou ainda na contaminação do meio ambiente;
 - c) Atos de guerra, guerra civil e perturbações da ordem pública;
 - d) Intervenção em atos criminosos;
 - e) Intervenção em rixas, salvo em caso de legítima defesa, própria ou alheia de bens e pessoas;
- 33– Os acidentes derivados de:
 - a) Prática de esqui e outros desportos na neve, mergulho, esqui aquático, canoeing, equitação, tauromaquia, espeleologia, escalada, rappel, alpinismo, bungee-jumping, parapente e paraquedismo e outros desportos e atividades análogos na sua perigosidade;



- b) **Boxe, luta livre, karaté e outros análogos;**
- c) **Prática profissional de desportos;**
- d) **Prática de desportos motorizados, profissional ou amador.**
- 34– **Os acidentes inerentes à utilização de veículos motorizados, de duas ou quatro rodas, quando as despesas deles resultantes devam ser indemnizadas ao abrigo do seguro automóvel;**
- 35– **Tratamentos não reconhecidos oficialmente pela Ordem dos Médicos Portuguesa;**
- 36– **Despesas com a aquisição dos seguintes artigos medicinais:**
 - a) **Algalias e sacos de contenção de urina;**
 - b) **Sacos de colostomia e urostomia;**
 - c) **Seringas de insulina ou agulhas para canetas de insulina;**
 - d) **Tapetes anti escara;**
 - e) **Fraldas de contenção;**
 - f) **Lombostatos;**
 - g) **Fundas;**
 - h) **Cintas de sustentação;**
 - i) **Colares cervicais;**
 - j) **Fitas teste para diabéticos;**
 - k) **Meias elásticas, ligaduras, joelheiras, punhos e pés elásticos;**
 - l) **Aparelhos de aerossóis e outros equipamentos ou consumíveis de utilização domiciliária;**
 - m) **Almofadas e colchões medicinais;**
- 37– **Despesas realizadas com médicos que sejam cônjuge, pais, filhos ou irmãos da pessoa segura;**
- 38– **Despesas com serviços que não sejam clinicamente necessários;**
- 39– **Despesas com deslocações e alojamento em Portugal e no estrangeiro;**
- 40– **Despesas relacionadas com cirurgia robótica.**

CAPÍTULO II

Declaração do risco inicial

Cláusula 6.^a

Dever de declaração inicial do risco

- 1– **O tomador do seguro ou a pessoa segura está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pela LUSITANIA.**
- 2– **O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pela LUSITANIA para o efeito.**
- 3– **Aceite o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou da pessoa segura com o propósito de obter uma vantagem, a LUSITANIA não pode prevalecer-se:**
 - a) **Da omissão de resposta a pergunta do questionário;**
 - b) **De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;**
 - c) **De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;**
 - d) **De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;**
 - e) **De circunstâncias conhecidas da LUSITANIA, em especial quando são públicas e notórias.**



4– A LUSITANIA, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou a pessoa segura acerca do dever referido no n.º 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

Cláusula 7.^a

Incumprimento doloso do dever de declaração inicial do risco

- 1– Em caso de incumprimento doloso do dever referido no n.º 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pela LUSITANIA ao tomador do seguro.
- 2– Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.
- 3– A LUSITANIA não está obrigada a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.
- 4– A LUSITANIA tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira sua ou do seu representante.
- 5– Em caso de dolo do tomador do seguro ou da pessoa segura com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

Cláusula 8.^a

Incumprimento negligente do dever de declaração inicial do risco

- 1– Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1 da cláusula 6.^a, a LUSITANIA pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:
 - a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
 - b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexatamente.
- 2– O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.
- 3– No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido *pro rata temporis* atendendo à cobertura havida.
- 4– Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:
 - a) A LUSITANIA cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;
 - b) A LUSITANIA, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CAPÍTULO III

Pagamento e alteração dos prémios

Cláusula 9.^a

Vencimento dos prémios

- 1– Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.



2– As frações seguintes do prêmio inicial, o prêmio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3– A parte do prêmio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prêmio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

Cláusula 10.^a ***Cobertura***

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.

Cláusula 11.^a ***Aviso de pagamento dos prêmios***

1– Na vigência do contrato, a LUSITANIA deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.

2– Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.

3– Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, a LUSITANIA pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

Cláusula 12.^a ***Falta de pagamento dos prêmios***

1– A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

2– A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

3– A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

- a) Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
- b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
- c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato, fundada num agravamento superveniente do risco.

4– O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

Cláusula 13.^a ***Alteração do prêmio***

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.



CAPÍTULO IV

Início de efeitos, duração e vicissitudes do contrato

Cláusula 14.^a ***Início da cobertura e de efeitos***

- 1– Salvo se, por acordo das partes, for fixada uma data diferente, o contrato produz efeitos a partir das 0 horas do primeiro dia do mês seguinte ao da sua celebração.
- 2– Salvo convenção em contrário, a data de início da cobertura dos riscos coincide com a de efeitos do contrato, sem prejuízo do disposto na cláusula 10.^a.

Cláusula 15.^a ***Duração***

- 1– A duração do contrato é a que se indica nas Condições Particulares, podendo ser por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano prorrogável por novos períodos de um ano.
- 2– Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
- 3– A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes denunciar o contrato com 30 dias de antecedência ou se o tomador do seguro não proceder ao pagamento do prémio.
- 4– As garantias deste contrato suspendem-se automaticamente, pelo período em que se verifique, relativamente a alguma pessoa segura, ausência no estrangeiro, com duração superior a 60 dias. A referida suspensão produz os seus efeitos a partir da data início da ausência no estrangeiro, mesmo que esta apenas posteriormente seja conhecida pela LUSITANIA.

Cláusula 16.^a ***Resolução do contrato***

- 1– O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
- 2– A LUSITANIA não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.
- 3– O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato.
- 4– A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.
- 5– Sempre que o tomador do seguro não coincida com a pessoa segura, a LUSITANIA deve avisar a pessoa segura da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.
- 6– A declaração de resolução do contrato com base em justa causa produz efeitos decorridos trinta dias contados da data do seu envio.

Cláusula 17.^a ***Livre resolução***

- 1– O tomador do seguro, sendo pessoa singular, pode resolver o contrato sem invocar justa causa nos contratos com uma duração igual ou superior a seis meses, por escrito e nos 30 dias imediatos à data celebração do contrato, ou à da receção da apólice caso não disponha na primeira destas datas de documento contendo todas as informações relevantes do seguro que devam constar da apólice.
- 2– A livre resolução não se aplica às pessoas seguras nos seguros de grupo.



3- A resolução tem efeito retroativo, podendo a LUSITANIA ter direito às seguintes prestações:

- a) Ao valor do prémio calculado *pro rata temporis*, na medida em que tenha suportado o risco até à resolução do contrato;
- b) Ao montante das despesas razoáveis que tenha efetuado com exames médicos sempre que esse valor seja imputado contratualmente ao tomador do seguro.

Cláusula 18.^a

Inclusão e exclusão de pessoas seguras

- 1- O tomador do seguro pode solicitar, a todo o tempo, a inclusão das pessoas que fazem parte do agregado familiar, mediante o preenchimento dos respetivos questionários clínicos.
- 2- Quando a totalidade do agregado familiar já se encontrar incluída no seguro e desde que o respetivo contrato esteja em vigor na LUSITANIA há pelo menos uma anuidade, a inclusão de recém-nascidos será automaticamente aceite sem preenchimento de questionário clínico, nem aplicação de períodos de carência, desde que a respetiva inclusão seja comunicada até 30 dias após o nascimento, retroagindo a inclusão à data do seu nascimento.
- 3- Se o pedido de inclusão for feito para além dos 30 dias acima referidos, o tomador do seguro deverá preencher em relação ao recém-nascido o respetivo questionário clínico, aplicando-se ainda em relação ao mesmo os períodos de carência estabelecidos na cláusula 3.^a.
- 4- A exclusão, a pedido do tomador do seguro, de uma pessoa segura do agregado familiar, só produz efeitos na data de renovação do contrato.
- 5- As garantias conferidas por este seguro, salvo convenção expressa nas Condições Particulares, cessam na data de renovação subsequente à data em que:
 - a) A pessoa segura complete 70 anos;
 - b) Sendo descendente, 24 anos ou perca a qualidade de membro do agregado familiar.
- 6- No caso da alínea b) do número anterior, pode o descendente subscrever, nos 30 dias subsequentes à data da exclusão, um novo contrato num plano em comercialização, com dispensa de apresentação do questionário clínico. Serão considerados períodos de carência relativos a novas coberturas ou aumentos de capital nas coberturas do contrato anterior.
- 7- A redução ou aumento, a pedido do tomador do seguro, das garantias da apólice só produz efeitos na data de renovação do contrato.

CAPÍTULO V

Prestação principal da LUSITANIA

Cláusula 19.^a

Valor seguro

- 1- A LUSITANIA cobre o pagamento das prestações convencionadas ou das despesas efetuadas em cada ano de vigência do contrato, até ao limite da importância fixada nas Condições Particulares.
- 2- Em caso de não renovação do contrato ou da cobertura e não estando o risco coberto por um contrato de seguro posterior, a LUSITANIA garante, nos dois anos subsequentes e até que se mostre esgotado o capital seguro no último período de vigência do contrato, as prestações resultantes de doença manifestada ou outro facto ocorrido na vigência do contrato, desde que cobertos pelo seguro.
- 3- Para efeito do disposto no número anterior, a LUSITANIA deve ser informada da doença nos 30 dias imediatos ao termo do contrato, salvo justo impedimento.



Cláusula 20.^a **Complementaridade**

No caso de haver complementaridade entre esta apólice e outros esquemas de proteção, o total das participações pagas por outras entidades e pela LUSITANIA não poderá em caso algum ser superior ao valor real das despesas efetuadas pelo tomador do seguro e / ou pessoa segura.

CAPÍTULO VI **Obrigações e direitos das partes**

Cláusula 21.^a **Obrigações do tomador do seguro e / ou das pessoas seguras em caso de sinistro**

1– Em caso de acidente ou doença garantidos pelo presente contrato, o tomador do seguro e / ou a pessoa segura obrigam-se a:

a) Nas prestações convencionadas:

- Selecionar um prestador da rede de prestadores indicada pela LUSITANIA;
- Apresentar o seu cartão de saúde quando receber serviços clínicos do prestador;
- Pagar ao prestador a parte da despesa que fica a seu cargo, conforme definido nas Condições Particulares.

b) Nas Prestações Indemnizatórias:

- Apresentar o impresso de sinistros devidamente preenchido;
- Solicitar a pré-autorização junto do administrador ou da LUSITANIA conforme requerido no n.º 3;
- Apresentar a prescrição médica para os exames complementares de diagnóstico e tratamentos realizados, bem como para os medicamentos e óculos adquiridos;
- Apresentar, no prazo máximo de 90 dias a contar da data de realização do ato médico em causa, os documentos fiscais válidos originais das despesas efetuadas, os quais terão obrigatoriamente que indicar o nome do doente a que respeitam, discriminar os serviços prestados, a especialidade médica e obedecer às normas legais, nomeadamente as de natureza fiscal. Quando o tomador do seguro e / ou a pessoa segura tenha previamente acionado outro subsistema de saúde ou contrato de seguro, o prazo, para efeitos do atrás disposto, contar-se-á a partir da data da declaração de pagamento emitida pela entidade responsável.

2– Para além das obrigações acima referidas, o tomador do seguro e / ou a pessoa segura deverão igualmente em caso de sinistro:

- a) Informar com verdade o administrador ou a LUSITANIA sobre as circunstâncias e consequências da doença ou acidente. Em caso de acidente, deverão fazer a sua descrição (data, local, hora, circunstâncias e consequências), bem como prova de assistência hospitalar, e indicar as testemunhas presenciais, identificadas pelo nome completo e moradas, e, eventualmente, as autoridades que dele tomaram conhecimento;
- b) Cumprir as prescrições do médico a que tenham recorrido;
- c) Sujeitar-se a exames por médicos ou técnicos especializados designados pelo administrador ou pela LUSITANIA, caso estes o considerem necessário;
- d) Autorizar os médicos ou hospitais a que tenham recorrido a facultar aos serviços clínicos do administrador ou da LUSITANIA, os relatórios clínicos e quaisquer outros documentos que estes tenham por conveniente para documentar o processo.

3– As pessoas seguras deverão igualmente, conforme previsto nas respetivas Condições Especiais, solicitar a pré-autorização aos serviços clínicos do administrador ou da LUSITANIA, sempre que estiverem em causa despesas garantidas ao abrigo da Condição Especial de despesas de hospitalização, tratamento de fisioterapia, ou ainda qualquer despesa realizada

Mod.000-2014/04



no estrangeiro quando, de acordo com o previsto no n.º 3 da cláusula 23.º, o âmbito territorial for alargado a outros países.

Se por uma situação de urgência não for possível solicitar a pré-autorização, devem ser contactados os serviços clínicos do administrador ou da LUSITANIA no prazo de 48 horas ou no mais curto período de tempo possível.

A LUSITANIA ou o administrador informará as pessoas seguras sempre que os serviços clínicos ou despesas necessitem de pré-autorização.

4– Quando a pessoa segura solicitar um termo de responsabilidade e, atendendo ao tipo de atos médicos em causa, seja previsível que o valor da despesa exceda o capital seguro disponível para o efeito, o administrador e / ou a LUSITANIA poderá solicitar à pessoa segura a prestação de garantias que assegurem a restituição do valor adiantado pela LUSITANIA mas não garantido ao abrigo da apólice.

5– O tomador do seguro e / ou as pessoas seguras responderão por perdas e danos caso não sejam seguidos os procedimentos previstos nos números anteriores.

6– O tomador do seguro e / ou as pessoas seguras autorizam a LUSITANIA a ceder ao administrador toda a informação confidencial sobre este contrato.

Cláusula 22.ª

Dever de limitação do dano

O tomador do seguro e / ou a pessoa segura obrigam-se a tomar todas as providências para evitar ou, pelo menos, diminuir o agravamento das consequências do acidente ou da doença.

Cláusula 23.ª

Pagamento de indemnização

1– A LUSITANIA obriga-se a proceder com diligência e prontidão a todas as averiguações indispensáveis para a correta regularização dos sinistros.

2– No caso de prestações indemnizatórias, a LUSITANIA pagará o montante devido no prazo de 30 dias úteis após a receção do pedido de comparticipação e dos documentos, referidos na cláusula 21.ª, necessários para a regularização dos sinistros.

3– Os pagamentos devidos pela LUSITANIA serão efetuados em Portugal, em Euros. Caso as despesas sejam efetuadas noutra moeda, a conversão para Euros será efetuada à taxa de câmbio publicada pelo Banco de Portugal no dia de realização da despesa.

Cláusula 24.ª

Sub-rogação

A LUSITANIA, uma vez paga a indemnização, fica sub-rogada em todos os direitos da pessoa segura contra terceiros responsáveis pelo sinistro, até a concorrência da quantia indemnizada, obrigando-se a mesma a abster-se de praticar quaisquer atos ou omissões que possam prejudicar a sub-rogação, sob pena de responder por perdas e danos.

CAPÍTULO VII

Disposições Diversas

Cláusula 25.ª

Intervenção de mediador de seguros

1– Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome da LUSITANIA, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2– Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome da LUSITANIA, o mediador de seguros ao qual a LUSITANIA tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.



3– Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa fé na legitimidade do mediador, desde que a LUSITANIA tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

Cláusula 26.^a

Comunicações e notificações entre as partes

1– As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta Apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social da LUSITANIA ou da sucursal, consoante o caso.

2– São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante da LUSITANIA não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta Apólice.

3– As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4– A LUSITANIA só está obrigada a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuadas se remetidas para o respetivo endereço constante da Apólice.

Cláusula 27.^a

Lei aplicável, reclamações e arbitragem

1– Salvo disposição em contrário, expressa na Lei ou na Apólice, é aplicável a este contrato a Lei Portuguesa.

2– Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços da LUSITANIA (www.lusitania.pt) identificados no contrato e, bem assim, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (www.asf.com.pt).

3– Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei.

Cláusula 28.^a

Foro

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.



SEGURO DE SAÚDE MONTEPIO

CONDIÇÕES ESPECIAIS

(Têm aplicação nesta apólice quando mencionadas nas Condições Particulares)

Condição Especial 001 *Assistência em regime de Internamento Hospitalar*

Cláusula 1.^a *Âmbito da garantia*

Ao abrigo da presente Condição Especial fica garantido, até ao valor e nos termos estabelecidos nas Condições Particulares, o pagamento das despesas efetuadas pela pessoa segura em regime de prestações convencionadas ou prestações indemnizatórias em consequência de hospitalização numa unidade hospitalar.

1- O âmbito de incidência desta cobertura é o internamento por necessidade clinicamente comprovada de análise, tratamento ou intervenção cirúrgica durante o qual a pessoa segura permanece no hospital ou clínica. Considera-se internamento a estada num hospital ou clínica, sob prescrição médica, por um período superior a 24 h que origine o pagamento de uma diária. Internamentos sucessivos são considerados internamentos independentes.

2- Fica garantido o pagamento das despesas realizadas durante o Internamento e relacionadas com:

- a) Honorários médicos, nomeadamente os do médico cirurgião, anestesista, ajudantes e instrumentistas;
- b) Diárias;
- c) Internamento em unidades de cuidados intensivos;
- d) Piso do bloco operatório e da sala de reanimação;
- e) Infusões endovenosas e transfusões de sangue;
- f) Anestesias;
- g) Aplicações de oxigénio;
- h) Radioterapia;
- i) Quimioterapia citostática e / ou outros antineoplásicos realizada no hospital, ainda que em regime de ambulatório;
- j) Cirurgia do foro estomatológico quando seja consequência de acidente a coberto da apólice, que requeira tratamento de urgência em hospital, quer em regime de internamento, quer em regime ambulatório;
- k) Enfermagem não privativa;
- l) Exames auxiliares de diagnóstico;
- m) Medicamentos;
- n) Transporte terrestre de ambulância de ou para o hospital, desde que o estado de saúde da pessoa segura o justifique.

3- Fica ainda garantida, e desde que expressamente indicado nas Condições Particulares, até ao limite estabelecido, a realização de pequena cirurgia em regime ambulatório, tal como definida na cláusula 1.^a das Condições Gerais.

Cláusula 2.^a *Limites*

As garantias previstas nesta Condição Especial admitem o estabelecimento de períodos de carência, franquias, copagamentos e exclusões, bem como de valores mínimos e máximos a reembolsar, devidamente estipulados nas Condições Particulares.



Cláusula 3.^a **Pré-autorização**

O pagamento das despesas médicas garantidas ao abrigo da presente Condição Especial necessita de pré-autorização por parte dos serviços clínicos do administrador e / ou da LUSITANIA.

Cláusula 4.^a **Limite de indemnização dos honorários médicos**

Salvo disposição em contrário os honorários do cirurgião, anestesista e ajudantes ficam limitados ao valor que resulta do produto entre o valor estipulado nas Condições Particulares para “K” e o número de “K” atribuído ao ato médico que originou a despesa, de acordo com o Código de Nomenclatura e Valores Relativos de Atos Médicos, na sua versão de 1997.

O administrador e / ou a LUSITANIA comprometem-se a informar previamente ao internamento, o número de “K” atribuídos ao ato médico, desde que solicitado pela pessoa segura.

Cláusula 5.^a **Exclusões**

Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais, aplicáveis a esta cobertura, não fica garantido ao abrigo da presente Condição Especial o pagamento das despesas de internamento relacionadas com:

- a) Cirurgias e tratamentos do foro estomatológico, exceto se resultante de acidente garantido por este contrato;
- b) Gravidez, parto, interrupção voluntária e involuntária da gravidez;
- c) Internamento resultante de tratamentos refrativos a miopia, astigmatismo e hipermetropia, cirúrgicos ou a laser;
- d) Internamentos para realização de exames auxiliares de diagnóstico;
- e) Despesas de natureza particular tais como: telefone, aluguer de T.V., águas, etc.;
- f) Despesas com acompanhantes, exceto nos casos de internamento de crianças de idade inferior a 12 anos.

CONDIÇÃO ESPECIAL 002 **Assistência em regime Ambulatório**

Cláusula 1.^a **Âmbito da garantia**

1- Ao abrigo da presente Condição Especial fica garantido, até ao valor e nos termos estabelecidos nas Condições Particulares, o pagamento das despesas efetuadas pela pessoa segura em regime de prestações convencionadas ou prestações indemnizatórias com cuidados médicos ambulatoriais.

2- Fica garantido o pagamento das despesas relacionadas com:

- a) Honorários médicos de consultas de clínica geral e especialidade;
- b) Tratamentos ambulatoriais e outros atos clínicos conforme se discrimina, desde que prescritos por médico:
 - Aplicação de injeções;
 - Infusões endovenosas;
 - Transfusões de sangue;
 - Aplicação de oxigénio;
 - Pensos cirúrgicos;
 - Aplicações de aparelhos de gesso e talas;



- Radioterapia.
 - c) Quimioterapia citostática e / ou outros antineoplásicos, ainda que em regime de ambulatório;
 - d) Exames auxiliares de diagnóstico, desde que prescritos por médico, tais como:
 - Exames por aplicação de técnicas de imagiologia;
 - Exames radiológicos;
 - Eletrocardiogramas, Eletroencefalogramas, Eletromiogramas;
 - Análises clínicas e anatomopatológicas;
 - Audiogramas;
 - Testes alergológicos.
 - e) Enfermagem não privativa;
 - f) Transporte terrestre de ambulância de e para unidades de saúde, desde que o estado da pessoa segura o justifique.
- 3- Fica ainda garantido, e desde que expressamente indicado nas Condições Particulares, até ao limite estabelecido, as despesas com tratamentos de fisioterapia, prescritos por médico, na sequência de:
- a) Acidente coberto pelo presente contrato que tenha implicado consulta ou tratamento de urgência em hospital nas 48 horas subsequentes;
 - b) Intervenção cirúrgica e acidente vascular cerebral, garantidos por este contrato.
- 4- Consideram-se igualmente abrangidas, e concorrendo para o limite indicado no ponto anterior, as despesas prescritas por médico e relacionadas com:
- a) Cinesioterapia para tratamento de doença respiratória garantida;
 - b) Terapia da fala desde que motivada por situação pós-cirúrgica ou acidente vascular cerebral e situações traumáticas de origem maxilo-facial e crânio-encefálica, garantidos por este contrato.
- 5- O presente contrato garante ainda o pagamento das despesas com a realização de exames de rastreio pré-natal bioquímico e amniocentese, quando a idade da pessoa segura for igual ou superior a 35 anos e desde que o contrato abranja a Condição Especial Parto Normal, Cesariana e Interrupção Involuntária da Gravidez.

Cláusula 2.^a

Limites

As garantias previstas nesta Condição Especial admitem o estabelecimento de períodos de carência, franquias, copagamentos e exclusões, bem como de valores mínimos e máximos a reembolsar, devidamente estipulados nas Condições Particulares.

Cláusula 3.^a

Pré-autorizações

O pagamento das despesas com tratamentos de fisioterapia, cinesioterapia e de terapia da fala necessitam de pré-autorização por parte dos serviços clínicos do administrador e / ou da LUSITANIA.

Cláusula 4.^a

Limite de indemnização dos honorários médicos

Salvo disposição em contrário os honorários do cirurgião, anestesista e ajudantes ficam limitados ao valor que resulta do produto entre o valor estipulado nas Condições Particulares para “K” e o número de “K” atribuído ao ato médico que originou a despesa, de acordo com o Código de Nomenclatura e Valores Relativos de Atos Médicos, na sua versão de 1997.



O administrador e / ou a LUSITANIA comprometem-se a informar previamente ao internamento, o número de “K” atribuídos ao ato médico, desde que solicitado pela pessoa segura.

Cláusula 5.^a **Exclusões**

1- Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais aplicáveis a esta cobertura, não fica garantido ao abrigo da presente Condição Especial o pagamento das seguintes despesas com cuidados médicos:

- a) Pequena cirurgia em ambiente hospitalar ainda que realizada em regime ambulatório;
- b) Consultas, tratamentos, meios auxiliares de diagnóstico e cirurgias do foro estomatológico;
- c) Exercícios de ortóptica;
- d) Ginástica, natação e massagens;
- e) Testes de gravidez.

2- Mediante expressa indicação nas Condições Particulares, poderão ficar excluídas as consultas ao domicílio, sendo estas garantidas pela cobertura Assistência Saúde Montepio, mediante pré-autorização solicitada à Lusitania.

CONDIÇÃO ESPECIAL 003 **Medicamentos**

Cláusula 1.^a **Âmbito da garantia**

Ao abrigo da presente Condição Especial fica garantido, até ao valor e nos termos estabelecidos nas Condições Particulares, o reembolso das despesas efetuadas pela pessoa segura com a aquisição de medicamentos, desde que os mesmos se encontrem registados no INFARMED (Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento), e tenham sido prescritos por médico.

Cláusula 2.^a **Limites**

As garantias previstas nesta Condição Especial admitem o estabelecimento de períodos de carência, franquias e exclusões, bem como de valores mínimos e máximos a reembolsar, devidamente estipulados nas Condições Particulares.

Cláusula 3.^a **Exclusões**

Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais aplicáveis a esta cobertura, não fica garantido ao abrigo da presente Condição Especial o reembolso das despesas com:

- a) MNSRM (medicamentos não sujeitos a receita médica);
- b) Medicamentos para regulação de peso;
- c) Vacinas de qualquer tipo e respetiva aplicação;
- d) Medicamentos manipulados;
- e) Produtos de higiene;
- f) Anticoncecionais;
- g) Antissépticos;
- h) Produtos de estética;
- i) Artigos sanitários;
- j) Medicamentos destinados a métodos de fertilidade e insuficiência sexual.



Cláusula 4.^a **Pressupostos**

1– O reembolso das despesas efetuadas fica dependente da verificação dos seguintes pressupostos:

- a) Os medicamentos deverão ser prescritos por um médico e destinar-se ao tratamento de lesões consequentes de doença ou acidente cuja cobertura seja contratualmente garantida;
- b) Deverão ser enviados à LUSITANIA, conforme os casos, o original ou a cópia da prescrição médica, firmados pela farmácia fornecedora e o correspondente documento fiscal válido, com a menção expressa dos medicamentos fornecidos e das importâncias que, após dedução do montante da comparticipação, se a houver, ficaram a cargo da pessoa segura.

2– A LUSITANIA não procederá ao reembolso de despesas relativas às quais não possua os necessários elementos de prova.

CONDIÇÃO ESPECIAL 004 **Próteses e Ortóteses**

Cláusula 1.^a **Âmbito da garantia**

1– Ao abrigo da presente Condição Especial fica garantido, até ao valor e nos termos estabelecidos nas Condições Particulares, o reembolso das despesas efetuadas pela pessoa segura em regime de prestações indemnizatórias, com próteses e ortóteses, desde que prescritas por médicos.

2– Fica nomeadamente garantido o pagamento das seguintes despesas:

- a) Aquisição de aros e respetivas lentes;
- b) Aquisição de lentes de contacto;
- c) Aquisição de próteses ou ortóteses auditivas, oftalmológicas e ortopédicas.

Neste último caso o reembolso incide exclusivamente sobre a correção que é feita no calçado.

d) Aluguer ou aquisição de cadeiras de rodas, camas articuladas e outros equipamentos auxiliares, excluindo-se no entanto as situações de cuidados de reabilitação, continuados e paliativos.

Cláusula 2.^a **Limites**

As garantias previstas nesta Condição Especial admitem o estabelecimento de períodos de carência, franquias e exclusões, bem como de valores mínimos e máximos a reembolsar, devidamente estipulados nas Condições Particulares.

Os aros para óculos, lentes para óculos (par) e lentes de contacto (par) estão sujeitos a um valor máximo, definido nas Condições Particulares.

Cláusula 3.^a **Exclusões**

Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais aplicáveis a esta cobertura, não fica garantido ao abrigo da presente Condição Especial o reembolso das despesas com:

- a) Óculos de sol com ou sem dioptrias;
- b) Aquisição isolada de aros;
- c) A comparticipação por extravio, roubo ou quebra de ortóteses oculares;
- d) Testes optométricos;
- e) Lentes prescritas por optometristas;
- f) Próteses e ortóteses estomatológicas;



- g) Aquisição de collants, meias elásticas ou outros produtos utilizados para o tratamento das varizes e cintas ortopédicas;
- h) Colchões e almofadas ortopédicos;
- i) Calçado ortopédico, exceto a correção;
- j) Soutiens, outro vestuário e próteses mamárias. Garante-se no entanto a aquisição de prótese mamária em situação pós-mastectomia.

CONDIÇÃO ESPECIAL 005 ***Estomatologia***

Cláusula 1.^a ***Âmbito da garantia***

1– Ao abrigo da presente Condição Especial fica garantido, até ao valor e nos termos estabelecidos nas Condições Particulares, o pagamento das despesas efetuadas pela pessoa segura em regime de prestações convencionadas ou indemnizatórias, consultas ou tratamentos do foro estomatológico.

2– Fica nomeadamente garantido o pagamento das despesas relacionadas com:

- a) Honorários médicos de consultas;
- b) Tratamentos e outros atos clínicos desde que efetuados por estomatologista, ou médico dentista;
- c) Exames auxiliares de diagnóstico desde que prescritos por estomatologista, ou médico dentista;
- d) Próteses estomatológicas;
- e) Ortóteses estomatológicas;
- f) Ortodôncia.

Cláusula 2.^a ***Limites***

As garantias previstas nesta Condição Especial admitem o estabelecimento de período de carência, franquias, copagamentos e exclusões, bem como de valores mínimos e máximos a reembolsar, devidamente estipulados nas Condições Particulares.

Cláusula 3.^a ***Exclusões***

Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais aplicáveis a esta cobertura, não fica garantido ao abrigo da presente Condição Especial o pagamento de:

- a) Despesas de internamento do foro estomatológico por outro motivo que não acidente;
- b) Tratamentos efetuados com metais preciosos;
- c) Branqueamentos dentários e selantes.

CONDIÇÃO ESPECIAL 006 ***Parto Normal, Cesariana e Interrupção Involuntária da Gravidez***

Cláusula 1.^a ***Âmbito da garantia***

1– Ao abrigo da presente Condição Especial fica garantido, até ao valor e nos termos estabelecidos nas Condições Particulares, o pagamento das despesas efetuadas pela pessoa segura em regime de prestações convencionadas ou prestações indemnizatórias em consequência de internamento numa unidade hospitalar quando diretamente motivado por:



- a) **Parto;**
- b) **Cesariana;**
- c) **Interrupção involuntária da gravidez.**
- 2- **Fica nomeadamente garantido o pagamento das despesas relacionadas com:**
 - a) **Diárias, quer da parturiente quer do recém-nascido, neste último caso até à data da alta da mãe;**
 - b) **Honorários médicos, nomeadamente os relativos ao médico obstetra, pediatra, bem como do anestesista, ajudantes e instrumentistas quando tal se justifique;**
 - c) **Instalações necessárias à realização dos atos (bloco operatório, sala de recobro, sala de parto, etc.) e material usado (gases de anestesia, oxigénio, etc.);**
 - d) **Medicamentos administrados durante o internamento;**
 - e) **Exames auxiliares de diagnóstico;**
 - f) **Enfermagem não privativa;**
 - g) **Transporte terrestre de ambulância de ou para o hospital.**
- 3- **Mediante expressa indicação nas Condições Particulares, poderá a presente cobertura ser alargada a outras pessoas seguras que não o titular ou cônjuge.**

Cláusula 2.^a

Limites

As garantias previstas nesta Condição Especial admitem o estabelecimento de períodos de carência, franquias, copagamentos e exclusões, bem como de valores mínimos e máximos a reembolsar, devidamente estipulados nas Condições Particulares.

Cláusula 3.^a

Limite de indemnização dos honorários médicos

Salvo disposição em contrário e relativamente às prestações indemnizatórias, os honorários do cirurgião, anestesista e ajudantes ficam limitados ao valor que resulta do produto entre o valor estipulado nas Condições Particulares para “K” e o número de “K” atribuído ao ato médico que originou a despesa, de acordo com o Código de Nomenclatura e Valores Relativos de Atos Médicos, versão de 1997.

O administrador e / ou a LUSITANIA comprometem-se a informar previamente ao internamento, o número de “K” atribuídos ao ato médico, desde que solicitado pela pessoa segura.

Cláusula 4.^a

Exclusões

Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais aplicáveis a esta cobertura, não fica garantido ao abrigo da presente Condição Especial o pagamento de:

- a) **Interrupção voluntária da gravidez;**
- b) **Despesas de natureza particular tais como: telefone, aluguer de T.V., águas, etc.;**
- c) **Enfermagem privativa;**
- d) **Despesas com acompanhantes.**

CONDIÇÃO ESPECIAL 012

Linha de Emergência

Cláusula 1.^a

Definições

1- *Serviço de Assistência:* Entidade que organiza e presta, por conta da LUSITANIA e a favor das pessoas seguras, as prestações pecuniárias ou serviços previsto nas garantias da presente Condição Especial.



2- *Pessoas Seguras*: As pessoas singulares, com residência habitual em Portugal, designadas à LUSITANIA pelo tomador do seguro.

3- *Domicílio Seguro*: a residência principal e habitual da pessoa segura designada à LUSITANIA, desde que se situe em Portugal.

4- *Urgência*: acontecimento imprevisto suscetível de fazer funcionar as garantias que se seguem.

Cláusula 2.^a **Garantias**

Em caso de urgência, e até aos limites fixados no anexo da Condição Especial, o Serviço de Assistência prestará as seguintes garantias:

1- Envio de médico ao domicílio

a) O Serviço de Assistência garante o envio ao domicílio seguro ou outro local em Portugal de um médico de clínica geral, para consulta e eventual aconselhamento quanto à orientação seguir;

b) O custo da deslocação é por conta da LUSITANIA;

c) Os custos da consulta e eventual tratamento prescrito serão suportados pela pessoa segura, exceto quando tiver sido contratada a cobertura de Assistência Ambulatória, caso em que a pessoa segura suportará apenas um copagamento. O valor deste copagamento será transmitido no momento em que seja efetuado o pedido de envio de médico ao domicílio e confirmada a apólice.

2- Aconselhamento médico

a) Mediante solicitação, a equipa de médicos do Serviço de Assistência presta orientação médica, por telefone, à pessoa segura, nas condições que sejam compatíveis com as regras da profissão;

b) As respostas emitidas baseiam-se nos elementos facultados pela pessoa segura, não sendo o Serviço de Assistência responsável por interpretações dessas respostas;

c) O apoio médico solicitado e prestado telefonicamente implica, única e exclusivamente, a responsabilidade própria decorrente deste tipo de intervenção, dentro da conjuntura em que é praticada;

d) Este aconselhamento médico não substitui o recurso aos serviços de urgência hospitalar nem constitui em si uma consulta médica.

3- Transporte em ambulância ou táxi

O Serviço de Assistência organiza e suporta o custo de transporte em ambulância ou táxi do domicílio seguro até ao posto de primeiros socorros ou de urgência mais próximo.

Cláusula 3.^a **Exclusões**

Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais, não estão cobertos por este contrato:

a) As prestações que não tenham sido previamente solicitadas ao Serviço de Assistência, ou tenham sido executadas sem o seu acordo prévio, salvo em casos de força maior ou impossibilidade material demonstrada;

b) Os sinistros ocorridos quando um veículo for conduzido por pessoa não legalmente habilitada;

c) Ações de salvamento, assistência médica primária e primeiro transporte medicalizado, sempre que existam e possam ser acionados meios públicos para o efeito;

d) As despesas relativas a tratamentos médicos ou de enfermagem continuados.



Cláusula 4.^a **Âmbito territorial**

As garantias previstas na presente Condição Especial são válidas apenas em Portugal.

Cláusula 5.^a **Sinistros**

É condição indispensável para usufruir das garantias deste contrato que o tomador e / ou pessoas seguras:

- a) **Contactem imediatamente o Serviço de Assistência, caracterizando a ocorrência e fornecendo todas as informações necessárias para a prestação da assistência solicitada;**
- b) **Sigam as instruções do Serviço de Assistência e tomem as medidas necessárias e possíveis para impedir o agravamento das consequências do sinistro;**
- c) **Obtenham o acordo do Serviço de Assistência antes de assumirem qualquer decisão ou despesa;**
- d) **Satisfaçam, em qualquer altura, os pedidos de informação solicitados pelo Serviço de Assistência, remetendo-lhe prontamente todos os avisos, convocações ou citações que recebam;**
- e) **Recolham e facultem ao Serviço de Assistência os elementos relevantes para a efetivação da responsabilidade de terceiros, quando for o caso.**

Cláusula 6.^a **Sub-rogação**

Após o pagamento ou prestação dos serviços, a LUSITANIA fica sub-rogado nos correspondentes direitos do tomador ou pessoa segura, contra quaisquer terceiros responsáveis que não sejam também pessoas seguras ao abrigo da mesma Condição Especial.

Cláusula 7.^a **Disposições diversas**

- 1– Se não for possível ao Serviço de Assistência organizar as prestações devidas no âmbito territorial definido, o mesmo reembolsará a pessoa segura das despesas que tenha efetuado, dentro dos limites definidos por este seguro e das garantias que forem aplicáveis.
- 2– O processamento de qualquer reembolso obrigará a pessoa segura a apresentar a respetiva documentação original comprovativa das despesas médicas.

CONDIÇÃO ESPECIAL 013 **Segunda Opinião Médica**

Cláusula 1.^a **Âmbito da garantia**

Ao abrigo da presente Condição Especial, quando prevista nas Condições Particulares, a LUSITANIA desenvolve, em caso de doença grave da pessoa segura, as ações necessárias à recolha de uma Segunda Opinião Médica por parte dos melhores especialistas a nível mundial, relativamente ao diagnóstico da patologia e respetivos tratamentos adequados.

Para o efeito, o administrador / LUSITANIA coordena a recolha da informação, solicitando, se tal for necessário, a realização de novos exames médicos, análises clínicas e / ou radiografias, e procede ao envio da mesma para o médico especialista que considere mais apropriado tendo em conta a patologia da pessoa segura.

Logo que o médico especialista se pronuncie, o administrador / LUSITANIA procede à interpretação do relatório e envia à pessoa segura as conclusões e recomendações finais.



Cláusula 2.^a

Definição

Para efeitos exclusivos da presente Condição Especial, entende-se por doença grave, qualquer das seguintes doenças, quer se desenvolva ou não em paralelo com outro tipo de doença:

- Doenças cardiovasculares;
- Transplantes de órgãos;
- Doenças neurológicas, incluindo acidentes vasculares cerebrais;
- Insuficiência renal crónica;
- Doença de Parkinson (paralís agitante);
- Doença de Alzheimer;
- Esclerose múltipla;
- S.I.D.A. e tratamentos derivados da S.I.D.A.;
- Qualquer outra doença, considerada como tal pelo administrador / LUSITANIA, tendo em conta o caso concreto da pessoa segura que recorre aos serviços.

No âmbito desta Condição Especial consideramos administrador a Best Doctors.

Cláusula 3.^a

Exclusões

Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais aplicáveis a esta cobertura, não ficam garantidos ao abrigo da presente Condição Especial:

- a) Quaisquer serviços solicitados ao administrador/ LUSITANIA quando a pessoa segura não sofra de doença grave nos termos acima definidos;
- b) Serviços não solicitados ao administrador / LUSITANIA;
- c) Quaisquer despesas médicas com honorários, medicamentos e / ou internamentos no estrangeiro;
- d) Despesas de transporte e alojamento em Portugal e no estrangeiro;
- e) Quaisquer perdas ou danos originados, direta ou indiretamente, pela opinião dos médicos e / ou profissionais consultados.

CONDIÇÃO ESPECIAL 014

Rede Bem-Estar

Cláusula 1.^a

Âmbito da garantia

Ao abrigo da presente Condição Especial, quando expressamente mencionada nas Condições Particulares, fica ainda garantido o acesso direto, em condições privilegiadas, a bens e serviços ligados às áreas do bem-estar, lazer e saúde, disponibilizados por prestadores com quem o administrador tenha celebrado um acordo de parceria, ficando a cargo da pessoa segura a responsabilidade pela escolha do referido prestador e pelo pagamento dos respetivos honorários.

CONDIÇÃO ESPECIAL 016

Rede Global Espanha

Cláusula 1.^a

Âmbito da garantia

Conforme estabelecido no n.º 3 da cláusula 4.^a das Condições Gerais, e desde que a aplicação da presente Condição Especial seja expressamente indicada nas Condições Particulares da apólice, fica garantido o pagamento de despesas de saúde em Espanha, ao abrigo das seguintes Condições Especiais, quando tenham sido subscritas:



- Assistência em regime de Internamento Hospitalar;
- Assistência em regime Ambulatório;
- Medicamentos;

Sem prejuízo do acima disposto, a extensão territorial prevista ao abrigo da presente Condição Especial não se aplica em relação às despesas de hospitalização motivadas por parto, cesariana ou interrupção da gravidez.

Cláusula 2.^a

Condições de funcionamento

- 1- As despesas realizadas ao abrigo das Condições Especiais acima indicadas apenas ficarão garantidas desde que efetuadas em regime de prestações convencionadas junto dos Prestadores da Rede hna Servicios Corporativos de Seguros y Pensiones, S.A.
- 2- Constituem, no entanto, exceção ao número anterior, as despesas com medicamentos realizadas em Espanha que serão objeto de reembolso por parte da LUSITANIA, desde que os mesmos sejam prescritos por médicos pertencentes à rede convencionada no âmbito de consultas ou atos médicos realizados ao abrigo das Condições Especiais de assistência em regime de Internamento Hospitalar e assistência em regime Ambulatório.
- 3- No acesso à Rede hna para realização de atos médicos não sujeitos a pré-autorização, a liquidação dos valores de copagamentos é efetuada *a posteriori* por meio de débito em conta bancária. Para tal, a pessoa segura autoriza previamente a LUSITANIA a debitar estes valores em conta bancária aberta em Portugal expressamente indicada para o efeito.

Cláusula 3.^a

Pré-autorização

Para efeitos do disposto no ponto anterior, o pagamento de despesas garantidas ao abrigo da presente Condição Especial ficará sempre sujeita à pré-autorização do administrador ou da LUSITANIA nos seguintes casos:

- Quaisquer despesas de saúde garantidas ao abrigo da Condição Especial assistência em regime de Internamento Hospitalar;
- Cirurgias realizadas em regime ambulatório;
- Tratamentos realizados em ambiente hospitalar em regime ambulatório;
- Fisioterapia, Terapia da fala e Cinesioterapia;
- Radiologia Vascular;
- Amniocentese;
- Tomografia Axial Computorizada;
- Ressonância Magnética Nuclear;
- Isótopos radioativas;
- Hemodinâmica e Cateterismo;
- Todas as técnicas de neurofisiologia;
- Cariótipos.

CONDIÇÃO ESPECIAL 018

Doenças Graves em Portugal

Cláusula 1.^a

Âmbito da garantia

- 1- Ao abrigo da presente Condição Especial fica garantido, até ao valor e nos termos estabelecidos nas Condições Particulares, o pagamento das despesas efetuadas pela pessoa segura em regime de prestações convencionadas ou prestações indemnizatórias para



tratamento de doença grave, no âmbito da Condição Especial de assistência em Regime de Internamento Hospitalar, uma vez esgotado o capital inicialmente contratado para esta cobertura.

2- Para efeitos exclusivos da presente Condição Especial, entende-se por doença grave, qualquer das seguintes doenças, quer se desenvolva ou não em paralelo com outro tipo de doença:

a) Tratamento de Cancro: O tratamento de um tumor maligno caracterizado por não estar encapsulado e pelo crescimento e dispersão descontrolada de células malignas e pela invasão dos tecidos.

Não ficam garantidos os seguintes tratamentos:

- i) Qualquer tumor histologicamente descrito como pré-maligno ou que apenas mostre as primeiras alterações malignas;
- ii) Os cancros não invasivos ou *in situ*;
- iii) Os tumores relacionados com o vírus de imunodeficiência humana (HIV);
- iv) Os cancros de pele com exceção do melanoma maligno;
- v) O cancro papilar da bexiga.

Para efeitos da alínea ii) entende-se por cancros não invasivos ou neoplasia maligna *IN SITU*, o tumor maligno que fica restringido ao epitélio onde se originou e que não invadiu o estroma ou o tecido contíguo. Este tumor maligno é pré-invasivo quando diagnosticado numa fase inicial com prognóstico favorável se extirpado completamente;

b) Neurocirurgia: Qualquer intervenção cirúrgica ao crânio ou a outra estrutura intracraniana.

Fica porém excluída a craniotomia quando a patologia for consequência de lesão traumática;

c) Cirurgia *By-Pass* das Artérias Coronárias (Re-Vascularização Miocárdica): Tratamento cirúrgico que implique cirurgia de coração aberto e utilização de enxertos *by-pass* para corrigir a estenose de pelo menos duas artérias coronárias.

O pagamento das despesas realizadas com este tipo de intervenções ficará sempre dependente da evidência angiográfica da doença subjacente.

Ficam porém excluídas as cirurgias motivadas por lesões traumáticas ou alterações congénitas das coronárias aórticas;

d) Substituição de Válvulas: Procedimentos cirúrgicos realizados com vista à efetiva substituição total de uma ou mais válvulas do coração.

O pagamento das despesas realizadas com este tipo de intervenções ficará sempre dependente da evidência angiográfica da doença subjacente.

Ficam porém excluídos quaisquer procedimentos cirúrgicos corretivos de alterações congénitas das válvulas cardíacas.

Cláusula 2.^a

Limites

As garantias previstas nesta Condição Especial admitem o estabelecimento de períodos de carência, franquias, copagamentos e exclusões, bem como de valores mínimos e máximos a reembolsar, devidamente estipulados nas Condições Particulares.

Cláusula 3.^a

Pré-autorização

O pagamento das despesas médicas garantidas ao abrigo da presente Condição Especial necessita de pré-autorização por parte dos serviços clínicos do administrador e / ou da LUSITANIA.



Cláusula 4.^a

Limite de indemnização dos honorários médicos

Salvo disposição em contrário e relativamente às prestações indemnizatórias, os honorários do cirurgião, anestesista e ajudantes ficam limitados ao valor que resulta do produto entre o valor estipulado nas Condições Particulares para “K” e o número de “K” atribuído ao ato médico que originou a despesa, de acordo com o Código de Nomenclatura e Valores Relativos de Atos Médicos, na sua versão de 1997.

O administrador e / ou a LUSITANIA comprometem-se a informar previamente ao internamento, o número de “K” atribuídos ao ato médico, desde que solicitado pela pessoa segura.

Cláusula 5.^a

Exclusões

Para além das situações previstas nas Condições Gerais da apólice, a presente Condição Especial não garante despesas:

- a) Não relacionadas com as doenças graves definidas nesta Condição Especial;
- b) Não enquadráveis na cobertura de assistência em regime de Internamento Hospitalar;
- c) Efetuadas por acompanhantes da pessoa segura, exceto em caso de internamento hospitalar de menores até aos doze anos de idade;
- d) De natureza particular.

CONDIÇÃO ESPECIAL 029

Assistência Saúde Montepio

Cláusula 1.^a

Definições

1– *Serviço de Assistência*: Entidade que organiza e presta por conta da LUSITANIA e a favor das pessoas seguras, as prestações pecuniárias ou serviços previstos nas garantias da presente Condição Especial.

2– *Pessoas Seguras*: As pessoas singulares, com residência habitual em Portugal, designadas à LUSITANIA pelo tomador do seguro.

3– *Domicílio Seguro*: A residência principal e habitual das pessoas seguras ou a designada pelo tomador do seguro à LUSITANIA, desde que se situe em Portugal.

4– *Urgência*: Acontecimento imprevisto suscetível de fazer funcionar as garantias que se seguem.

Cláusula 2.^a

Âmbito territorial

As garantias previstas no presente contrato são válidas em todo o Mundo, exceto naqueles territórios em que, por conflitos internos, situações de guerra ou outros motivos de força maior não imputáveis ao Serviço de Assistência, se torne neles impossível garantir uma prestação de serviços segura e eficaz.

Em Portugal, serão válidas as garantias que façam referência explícita à assistência em território nacional.

Cláusula 3.^a

Objeto do seguro

De acordo com a presente Condição Especial, a LUSITANIA garante a assistência domiciliária e em viagem à pessoa segura, até aos limites fixados em tabela anexa a esta Condição Especial.

Em todas as garantias que envolvam uma prestação médica, a equipa médica do Serviço de Assistência terá sempre um papel de coordenação e decisão final relativamente aos procedimentos a adotar na sequência de um sinistro.



Cláusula 4.^a Âmbito da garantia

A. Assistência em Viagem

As garantias abaixo indicadas são válidas em todo o Mundo, exceto naqueles territórios em que, por conflitos internos, situações de guerra ou outros motivos de força maior não imputáveis ao Serviço de Assistência, se torne neles impossível garantir uma prestação de serviços segura e eficaz.

Em Portugal, serão válidas as garantias que façam referência explícita à assistência em território nacional.

1. *Garantias de Assistência a Pessoas*

Em caso de acidente ou doença súbita e imprevisível, ocorridos durante o período de validade da apólice, o Serviço de Assistência prestará as seguintes garantias:

a) *Pagamento de despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização no estrangeiro*

Se a pessoa segura necessitar de assistência médica, cirúrgica, farmacêutica ou hospitalar, o Serviço de Assistência garante, até ao limite fixado em tabela anexa a esta Condição Especial:

- i As despesas e honorários médicos e cirúrgicos;
- ii Os gastos farmacêuticos prescritos por médico;
- iii Os gastos de hospitalização.

Em caso de hospitalização, a pessoa segura deve providenciar o aviso ao Serviço de Assistência no próprio dia, ou o mais tardar nas 48 horas seguintes, salvo demonstrada impossibilidade física.

A partir do momento em que o repatriamento da pessoa segura seja clinicamente possível e aconselhável, o Serviço de Assistência deixa de garantir os gastos de hospitalização.

O Serviço de Assistência suporta uma intervenção cirúrgica apenas nos casos em que não se possa aguardar pelo regresso da pessoa segura a Portugal, dado o carácter urgente e inadiável daquela intervenção.

b) *Acompanhamento da pessoa segura hospitalizada*

Se durante o decorrer da viagem se verificar a hospitalização súbita e imprevisível da pessoa segura, e se o seu estado não aconselhar o repatriamento ou regresso imediato, o Serviço de Assistência garante as despesas de alojamento em hotel, não inicialmente previstas, de um familiar ou pessoa por ela designada, que se encontre já no local, para a acompanhar.

O Serviço de Assistência encarrega-se ainda do regresso deste acompanhante ao seu domicílio em Portugal, caso não possam ser utilizados os meios inicialmente previstos.

Esta garantia está estritamente sujeita ao parecer da equipa médica do Serviço de Assistência.

c) *Transporte de ida e volta para familiar e respetiva estadia*

Se a pessoa segura viajar sem acompanhante, e o período de hospitalização se preveja de duração superior a 5 dias, o Serviço de Assistência garante os custos de transporte de ida e volta para um familiar, com partida de Portugal, de modo a que possa ficar junto dela. Neste caso, o Serviço de Assistência garante ainda as suas despesas de alojamento.

d) *Prolongamento de estadia em hotel*

Se o estado de saúde da pessoa segura não justificar hospitalização ou transporte sanitário, e se o seu regresso não se puder efetuar na data inicialmente prevista, o Serviço de Assistência garante as despesas efetivamente realizadas com alojamento em hotel, desde que não inicialmente previstas, para esta e para uma pessoa que a fique a acompanhar.



Quando o seu estado de saúde o permitir, o Serviço de Assistência encarrega-se do regresso da pessoa segura, bem como do seu eventual acompanhante, ao seu domicílio em Portugal, caso não possam ser utilizados os meios inicialmente previstos.

Esta garantia está estritamente sujeita ao parecer da equipa médica do Serviço de Assistência.

e) *Repatriamento ou transporte sanitário de feridos ou doentes e vigilância médica*

i Quando a situação clínica o justifique, o Serviço de Assistência garante, até aos limites fixados em tabela anexa a esta Condição Especial:

– As despesas de transporte em ambulância, ou outro meio considerado adequado, desde o local da ocorrência até à clínica ou hospital mais próximo;

– As despesas de transporte numa eventual transferência da pessoa segura para outro centro hospitalar mais apropriado ou até ao seu domicílio em Portugal.

ii O Serviço de Assistência garante ainda a vigilância por parte da sua equipa médica, em colaboração com o médico assistente da pessoa segura, para determinação das medidas convenientes ao melhor tratamento a seguir e do meio mais apropriado para eventual transferência.

iii Qualquer transporte ou repatriamento sanitário, e eventual acompanhamento médico, deve respeitar as normas sanitárias em vigor e apenas efetuar-se com o prévio acordo entre o médico assistente da pessoa segura e a equipa médica do Serviço de Assistência. A declaração do médico assistente não é garantia bastante.

iv As despesas de transporte serão suportadas pelo Serviço de Assistência apenas nos casos em que o meio de transporte inicialmente previsto não puder ser utilizado ou não seja clinicamente aconselhável a sua utilização.

v O meio de transporte a utilizar será definido pela equipa médica do Serviço de Assistência.

vi Quando o transporte e/ou repatriamento for motivado por doenças infectocontagiosas que envolvam perigo para a saúde pública, o mesmo deverá obedecer às regras, procedimentos e orientações técnicas emanadas pela Organização Mundial de Saúde (O.M.S.), podendo, no limite, não ser autorizado o transporte e/ou repatriamento em causa.

f) *Acompanhamento durante o transporte ou repatriamento sanitário*

No caso de o estado da pessoa segura, objeto de transporte ou repatriamento sanitário, o justificar, o Serviço de Assistência, após parecer do seu médico, suporta as despesas com a viagem de uma pessoa, que se encontre no local, para a acompanhar.

g) *Transporte ou repatriamento após morte de pessoa segura*

Em caso de falecimento da pessoa segura, por acidente ou doença súbita e imprevisível, o Serviço de Assistência garante as despesas com as formalidades a efetuar no local, incluindo as do transporte ou repatriamento do corpo até ao local de enterro em Portugal.

Se, por motivos administrativos, for necessária localmente a inumação provisória ou definitiva, o Serviço de Assistência suporta as despesas de transporte de um familiar, se este não se encontrar já no local, para se deslocar desde o seu domicílio em Portugal até ao local da inumação, bem como as despesas do seu alojamento.

h) *Transporte ou repatriamento das restantes Pessoas Seguras*

Tenho havido repatriamento ou transporte de uma ou mais Pessoas Seguras por motivo de falecimento, regresso antecipado nos termos deste contrato, acidente ou doença súbita e imprevisível, e se por este facto não for possível o regresso das restantes pelos meios inicialmente previstos, o Serviço de Assistência garante o transporte das mesmas até ao seu domicílio em Portugal.

i) *Supervisão de crianças no estrangeiro*

Se a pessoa segura que tenha a seu cargo a guarda de um menor com idade inferior a 16 anos falecer ou for hospitalizada, na sequência de acidente ou doença súbita e imprevisível, o



Serviço de Assistência garante os custos de transporte de ida e volta para um familiar em Portugal que possa ocupar-se do regresso daquele menor ao domicílio em Portugal, suportando também este regresso se não puder ser realizado pelos meios inicialmente previstos.

j) *Localização e envio de medicamentos de urgência para o estrangeiro*

O Serviço de Assistência encarrega-se do envio de medicamentos indispensáveis prescritos por médico, de uso habitual da pessoa segura, sempre que não seja possível obtê-los localmente ou não sejam substituíveis por similares ou sucedâneos.

Ficará a cargo da pessoa segura o custo dos medicamentos e a totalidade dos custos de expedição.

k) *Adiantamento de fundos no estrangeiro*

Em caso de roubo participado às autoridades, ou extravio de bagagem e valores monetários, não recuperados no prazo de 24 horas, o Serviço de Assistência adianta as verbas necessárias para substituição dos bens desaparecidos, mediante depósito prévio ou cheque visado de idêntico valor.

Também em caso de internamento hospitalar prolongado no estrangeiro, na sequência de acidente ou doença súbita e imprevisível, e se o limite previsto neste contrato para garantia de despesas médicas e hospitalares se esgotar, o Serviço de Assistência efetua o adiantamento das verbas necessárias à pessoa segura, até ao limite fixado em tabela anexa a esta Condição Especial, mediante depósito prévio ou cheque visado de idêntico valor.

l) *Pagamento de despesas de comunicação*

O Serviço de Assistência garante a transmissão de mensagens urgentes nacionais ou internacionais para familiares, desde que relacionadas com um sinistro coberto pelas presentes garantias.

Suporta ainda, mediante comprovativo, os custos de comunicações com os seus serviços, desde que estas sejam efetuadas pela pessoa segura.

2. *Garantias de Assistência Ambulatória e de Internamento Hospitalar em Portugal*

a) *Transporte da pessoa segura*

No caso da pessoa segura ser sujeita a internamento hospitalar e necessitar de transporte para a unidade onde irá ser internada, o Serviço de Assistência, organizará e suportará o custo do transporte desde o local da residência ou do local onde se encontre, até ao respetivo hospital ou clínica em Portugal ou em Espanha.

Nos termos do parágrafo anterior, o transporte para uma unidade hospitalar fora de Portugal só é garantido desde que não exista a nível nacional, qualquer unidade semelhante onde o tratamento possa ser desenvolvido ou, existindo, não haja possibilidade de internamento em tempo útil em função do estado clínico da pessoa segura.

Na sequência de internamento, e após alta médica hospitalar, se a pessoa segura necessitar de transporte para a sua residência, o Serviço de Assistência, organizará e suportará o custo deste transporte, desde o respetivo hospital ou clínica até ao local da sua residência.

O transporte referido anteriormente é realizado pelo meio mais aconselhável à gravidade do caso, segundo o parecer do departamento médico do Serviço de Assistência e do médico assistente da pessoa segura.

b) *Acompanhamento da pessoa segura pelo Médico Assistente*

Em caso de internamento, e sendo necessário o acompanhamento da pessoa segura pelo seu médico assistente, o Serviço de Assistência, organizará e suportará as respetivas despesas de transporte, ida e volta, e de estadia em hotel.



Em Portugal Continental, só é contudo garantido este acompanhamento da pessoa segura desde que o local de internamento se situe a mais de 50 kms da residência da pessoa segura ou a mais de 5 kms nos Açores e Madeira.

c) *Acompanhamento da pessoa segura por um Familiar ou outro Acompanhante*

No caso de internamento hospitalar da pessoa segura, o Serviço de Assistência, organizará e suportará as despesas de transporte, ida e volta, e de estadia em hotel, de um familiar ou uma outra pessoa designada pela pessoa segura para a acompanhar.

Em Portugal Continental, só é contudo garantido este acompanhamento da pessoa segura desde que o local de internamento se situe a mais de 50 kms da residência da pessoa segura ou a mais de 5 kms nos Açores e Madeira.

d) *Alta (Check-out)*

No seguimento de alta médica ocorrida após internamento hospitalar, o Serviço de Assistência encarregar-se-á de todos os procedimentos necessários junto do hospital ou clínica para a saída da pessoa segura.

e) *Falecimento da pessoa segura Internada*

Se durante o internamento hospitalar a pessoa segura falecer, o Serviço de Assistência garantirá, para além dos procedimentos necessários à saída do corpo do local de internamento, o pagamento das despesas relacionadas com as formalidades legais e o transporte do corpo, desde o local do falecimento até ao local de enterro em Portugal.

f) *Alta sob vigilância médica*

Quando da alta médica, após internamento hospitalar, o Serviço de Assistência, garante o reembolso das despesas com estadia em hotel, da pessoa segura convalescente, desde que não esteja acamada e caso necessite de vigilância ou observação temporária fora do Hospital ou Clínica.

Quando o seu estado de saúde o permitir, o Serviço de Assistência encarrega-se do regresso da pessoa segura, ao seu domicílio em Portugal, caso não possam ser utilizados os meios inicialmente previstos.

Esta garantia está estritamente sujeita ao parecer da equipa médica do Serviço de Assistência.

B. Assistência Médica ao Domicílio

As seguintes garantias são válidas apenas em Portugal.

1. *Garantias de Assistência Médica no Lar*

Em caso de urgência o Serviço de Assistência prestará as seguintes garantias:

a) *Envio de médico ao domicílio*

O Serviço de Assistência garante o envio ao domicílio seguro de um médico de clínica geral, para consulta e eventual aconselhamento quanto à orientação a seguir. O custo das deslocações são por conta do Serviço de Assistência, a consulta e eventual tratamento prescrito são por conta da pessoa segura, até ao limite fixado em tabela anexa a esta Condição Especial.

b) *Aconselhamento médico*

Mediante solicitação, a equipa de médicos do Serviço de Assistência presta orientação médica, por telefone, à pessoa segura, nas condições que sejam compatíveis com as regras da profissão. As respostas emitidas baseiam-se nos elementos facultados pela pessoa segura, não sendo o Serviço de Assistência responsável por interpretações dessas respostas.

O apoio médico solicitado e prestado telefonicamente implica, única e exclusivamente, a responsabilidade própria decorrente deste tipo de intervenção, dentro da conjuntura em que é



praticada. Este aconselhamento médico não substitui o recurso aos serviços de urgência hospitalar nem constitui em si uma consulta médica.

c) *Transporte em ambulância*

O Serviço de Assistência organiza e suporta o custo de transporte em ambulância do domicílio seguro até ao posto de primeiros socorros ou de urgência mais próximo, até ao limite fixado em tabela anexa a esta Condição Especial.

d) *Envio de medicamentos ao domicílio*

O Serviço de Assistência garante a entrega de medicamentos ao domicílio sempre que a pessoa segura seja possuidora de um receituário médico e esteja impossibilitado de o fazer pelos seus próprios meios. O custo dos medicamentos é a cargo da pessoa segura.

e) *Envio de profissional de enfermagem*

Em caso de acamamento da pessoa segura por prescrição médica, o Serviço de Assistência envia ao domicílio seguro um profissional de enfermagem, até ao limite fixado em tabela anexa a esta Condição Especial.

f) *Marcação de consultas e meios complementares de diagnósticos*

Através do Serviço de Assistência a pessoa segura poderá solicitar marcações de consultas médicas de clínica geral e/ou de especialidade e exames complementares de diagnósticos desde que solicitados pelo médico.

As consultas e os exames de diagnóstico são da responsabilidade do beneficiário, cujo custo será informado previamente pelos Serviços de Assistência.

g) *Ajuda domiciliária*

Em caso de hospitalização ou acamamento da pessoa segura por prescrição médica, e não podendo nenhum dos membros do agregado familiar substituí-la na lida doméstica, o Serviço de Assistência envia ao domicílio seguro uma pessoa para executar aquelas tarefas, até ao limite fixado em tabela anexa a esta Condição Especial.

h) *Procura e envio de uma doméstica ao domicílio*

Em caso de doença ou hospitalização da pessoa segura que impossibilite a manutenção ou limpeza diária da residência, o Serviço de Assistência promoverá o envio de uma doméstica.

O custo deste serviço é por conta da pessoa segura, previamente informados pelos Serviços de Assistência.

i) *Assistência a crianças (Baby Sitting)*

Em caso de hospitalização ou acamamento da pessoa segura por prescrição médica, o Serviço de Assistência seleciona uma pessoa para tomar conta de crianças, que sejam também Pessoas Seguras, tenham idade inferior a 16 anos e estejam habitualmente ao cuidado da pessoa acamada ou hospitalizada.

Observação: Esta garantia está apenas disponível nas zonas de Lisboa e Porto.

j) *Recolha e entrega de roupa para lavar e engomar*

Em caso de Hospitalização da pessoa segura, os Serviços de Assistência garantem o serviço de recolha de roupa, incluindo limpezas a seco, com a periodicidade que a pessoa segura pretender.

Os custos destes serviços serão por conta da pessoa segura, previamente informados pelos Serviços de Assistência.

k) *Encaminhamento e Guarda de Animais Domésticos*

Em caso de hospitalização da pessoa segura, o Serviço de Assistência encarregar-se-á de:



i Indicar um estabelecimento para guarda de animais domésticos: cães e gatos, o mais próximo possível da sua residência;

ii Organizar e transportar os animais para este estabelecimento ou até ao domicílio, em Portugal, de uma pessoa designada pela pessoa segura;

Suportará as despesas de transporte, no raio máximo de 50 Kms a partir do domicílio da pessoa segura (salvo nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, cujo raio é de 5 Kms) e as despesas devidas pela guarda dos animais no canil ou gatil, até ao limite fixado em tabela anexa a esta Condição Especial.

iii Para efeitos desta garantia, esta prestação fica submetida às condições de transporte e guarda dos transportadores e dos canis e gatis, como vacinas em dia, cauções ou outras.

Deverá ainda a pessoa segura designar uma pessoa que encarregue de entregar os animais aos Colaboradores dos Serviços de Assistência.

l) *Acolhimento e Acompanhamento de crianças*

Em caso de hospitalização da pessoa segura, o Serviço de Assistência poderá indicar os serviços de profissionais que se encarreguem de transportar os seus filhos à escola, desde que menores de 16 anos, e ainda o seu acompanhamento nos tempos livres.

Os custos destas prestações serão de conta da pessoa segura, previamente informados pelos Serviços de Assistência.

m) *Informações sobre farmácias de serviço*

O Serviço de Assistência prestará informações às Pessoas Seguras sobre as farmácias que se encontram de serviço.

n) *Informações sobre hospitais, clínicas, centros de saúde ou de primeiros socorros e médicos*

O Serviço de Assistência prestará informações às Pessoas Seguras sobre hospitais, clínicas, centros de saúde ou de primeiros socorros e médicos, de natureza pública ou privada, particularmente equipados ou indicados para o tratamento de doenças ou lesões específica.

o) *Pagamento de despesas de comunicação*

O Serviço de Assistência suportará, mediante comprovativo, os custos de comunicações com os seus serviços, desde que estas sejam efetuadas pela pessoa segura.

C. Serviços Conforto

O Serviço de Assistência prestará as seguintes garantias:

a) *Informações e envio de táxis*

Informações sobre números de telefone das principais empresas de táxi em Portugal ou envio de táxi. Neste último caso, o custo do táxi será da responsabilidade da pessoa segura.

b) *Informações sobre trânsito*

Informações sobre as condições de circulação nas estradas e autoestradas nacionais, bem como sobre bombas de gasolina em Portugal.

c) *Informações sobre itinerários*

Informação sobre o caminho a percorrer até um determinado destino e eventuais alternativas.

d) *Informações de viagem*

Informações sobre vistos e vacinas a tomar em todo o mundo.

e) *Informações e reservas de restaurantes*

Reservas e informações sobre moradas, telefones e faxes de restaurantes nas principais cidades de Portugal.



f) *Informações culturais*

Informações sobre museus, espetáculos e exposições abertas ao público, assim como quaisquer outras manifestações culturais de maior interesse em Portugal.

g) *Informações e reservas de veículos de aluguer*

Reserva e informações sobre moradas, telefones e faxes de empresas de aluguer de veículos em Portugal e na Europa.

Os custos de aluguer suportados pela pessoa segura.

h) *Reserva de bilhetes de viagem e de espetáculos*

Reserva de bilhetes de avião, comboio e autocarro para as principais cidades europeias.

Informações e reserva de bilhetes para espetáculos em Lisboa, Porto, Londres e Nova Iorque.

Os custos dos bilhetes e eventuais taxas de reserva serão suportados pela pessoa segura.

Cláusula 5.^a

Exclusões

Para além das exclusões descritas nas Condições Gerais, ficam igualmente excluídos os encargos ou prestações relacionados com:

- a) Os danos sofridos pela pessoa segura em consequência de demência, influência de álcool de que resulte grau de alcoolemia igual ou superior àquele que, em caso de condução sob o efeito de álcool, determine uma prática de contraordenação ou crime, ingestão de drogas e estupefacientes sem prescrição médica;
- b) Sinistros ocorridos quando o veículo se encontre a ser tripulado por pessoa sem habilitação legal para o efeito ou com a habilitação legal suspensa;
- c) Os sinistros derivados de acontecimentos de guerra, hostilidade entre países, sabotagem, rebelião, atos de terrorismo, tumultos, insurreição, distúrbios laborais, greves, lockouts, atos de vandalismo e demais perturbações da ordem pública;
- d) Os sinistros causados por tremores de terra, erupções vulcânicas, inundações ou quaisquer outros cataclismos;
- e) Os sinistros causados por engenhos explosivos ou incendiários;
- f) Os sinistros derivados, direta ou indiretamente, da desintegração ou fusão do núcleo de átomos, aceleração de partículas e radioatividade;
- g) Sinistros e danos não comprovados pela LUSITANIA;
- h) Acontecimentos em que o Serviço de Assistência não tenha sido chamado a intervir na altura em que ocorreram, salvo em casos de força maior ou impossibilidade material demonstrada;
- i) Atrasos ou negligência imputáveis à pessoa segura no recurso à assistência médica;
- j) Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de desporto profissional e de atividades de alto risco, tais como ski de neve, motonáutica, paraquedismo, alpinismo, montanhismo, artes marciais, espeleologia e mergulho;
- k) Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de desportos motorizados e da prática de competição em geral, quer na competição em si, quer em treinos, apostas e desafios;
- l) Operações de salvamento;
- m) Alojamento inicialmente previsto e alimentação;
- n) Despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização em Portugal;
- o) Lesões já existentes à data do início do contrato;
- p) Intervenções cirúrgicas não urgentes;
- q) Recusa ou incumprimento dos tratamentos prescritos;
- r) Despesas de medicina preventiva, vacinas ou similares;



- s) Despesas de medicina alternativa ou curas tradicionais;
- t) Fisioterapia não urgente, curas termais, de repouso, tratamentos estéticos e *check-ups*;
- u) Doença crónica ou preexistente, distúrbio psiquiátrico e recaídas de doenças anteriormente diagnosticadas;
- v) Lesões resultantes de intervenções cirúrgicas ou outros atos médicos não motivados por sinistro garantido pelo contrato;
- w) Assistência médica do foro da estomatologia, salvo tratamento provisório de traumatologia oral;
- x) Assistência médica ligada à gravidez e ao parto, salvo a requerida durante o 1º trimestre na sequência de complicações imprevisíveis da gravidez;
- y) Urna, funeral e cerimónia fúnebre;
- z) Próteses, bengalas, muletas (canadianas) e qualquer outro tipo de material ortopédico, óculos, lentes de contacto, implantes e similares;
- aa) Bagagem que não respeite os requisitos acima estipulados;
- bb) Furto ou roubo que não tenham sido participados às autoridades no prazo de 24 horas e confirmados por escrito;
- cc) Sinistros regularizados no âmbito de uma apólice de acidentes pessoais;
- dd) Ações de salvamento, assistência médica primária e primeiro transporte medicalizado, sempre que existam e possam ser acionados meios públicos para o efeito;
- ee) As despesas relativas a tratamentos médicos ou de enfermagem continuados.

Cláusula 6.^a ***Reembolso de transportes***

A pessoa segura que tiver utilizado prestações de transportes previstas no presente contrato fica obrigada a promover as diligências necessárias à recuperação de bilhetes de transporte não utilizados, entregando ao Serviço de Assistência as importâncias recuperadas.

Cláusula 7.^a ***Complementaridade***

As prestações e indemnizações prestadas são pagas em excesso e complementarmente a outros contratos de seguro já existentes e cobrindo os mesmos riscos.

A pessoa segura obriga-se a promover todas as diligências necessárias à obtenção dos reembolsos previstos por aqueles contratos, e a devolvê-los ao Serviço de Assistência, no caso e na medida em que este tenha adiantado as prestações.

De igual forma deverá proceder a pessoa segura relativamente a comparticipações da Segurança Social ou de qualquer outra instituição a que tenha direito.

Cláusula 8.^a ***Duração***

Sem prejuízo do disposto nas Condições Gerais, as garantias desta condição especial, em relação a cada pessoa segura, caducarão automaticamente na data em que:

- 1– A pessoa segura deixar de ter residência habitual e fiscal fixada em Portugal;
- 2– A pessoa segura inicie trabalho regular no estrangeiro;
- 3– A ausência de Portugal da pessoa segura completar 60 dias.



SEGURO DE SAÚDE MONTEPIO

ANEXOS ÀS CONDIÇÕES ESPECIAIS (Têm aplicação nesta apólice quando mencionadas nas Condições Particulares)

CONDIÇÃO ESPECIAL 012 Linha de Emergência

| Garantias de Assistência às Pessoas | Limites máximos |
|-------------------------------------|---|
| Envio de médico ao domicílio | Deslocação: Ilimitado |
| | Consulta: Custo a cargo da pessoa segura |
| Aconselhamento médico | Serviço: Ilimitado |
| Transporte em ambulância ou táxi | Transporte: Ilimitado |

CONDIÇÃO ESPECIAL 029 Assistência Saúde Montepio

| Assistência em Viagem Garantias de Assistência a Pessoas | Limites máximos |
|--|--------------------------------------|
| Pagamento de despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização no estrangeiro | 3 500 € |
| Acompanhamento da pessoa segura hospitalizada | Transporte: Ilimitado |
| | Estadia: Máximo de 50 € / Dia |
| | Limite Máximo: 500 € |
| Transporte de ida e volta para familiar e respetiva estadia | Transporte: Ilimitado |
| | Estadia: Máximo de 50 € / Dia |
| | Limite Máximo: 500 € |
| Prolongamento de estadia em hotel | Transporte: Ilimitado |
| | Estadia: Máximo de 50 € / Dia |
| | Limite Máximo: 500 € |
| Repatriamento ou transporte sanitário de feridos ou doentes e vigilância médica | Transporte: Ilimitado |
| Acompanhamento durante o transporte ou repatriamento sanitário | Transporte: Ilimitado |
| Transporte ou repatriamento após morte de pessoa segura | Transporte: Ilimitado |
| | Estadia: 50 € / Dia |
| Transporte ou repatriamento das restantes Pessoas Seguras | Transporte: Ilimitado |
| Supervisão de crianças no estrangeiro | Transporte: Ilimitado |
| Localização e envio de medicamentos de urgência para o estrangeiro | Serviço: Ilimitado |
| Adiantamento de fundos no estrangeiro | 5 000 € / pessoa |
| Pagamento de despesas de comunicação | Serviço: Ilimitado |
| Assistência em Viagem Garantias de Assistência Ambulatória e de Internamento Hospitalar em Portugal | Limites máximos |
| Transporte da pessoa segura | Transporte: Ilimitado |
| Acompanhamento da pessoa segura pelo Médico Assistente | Transporte: Ilimitado |
| | Estadia: Ilimitado |
| Acompanhamento da pessoa segura por um Familiar ou outro Acompanhante | Transporte: Ilimitado |
| | Estadia: Ilimitado |
| Alta (Check-out) | Serviço: Ilimitado |
| Falecimento da pessoa segura Internada | Transporte: Ilimitado |
| Alta sob vigilância médica | Transporte: Ilimitado |
| | Estadia: Ilimitado |



| Assistência Médica ao Domicílio | |
|--|--|
| Garantias de Assistência Médica no Lar | |
| Envio de médico ao domicílio | Deslocação: Ilimitado |
| Copagamento de 15 € / consulta a cargo da pessoa segura | Consulta: Ilimitado |
| Aconselhamento médico | Serviço: Ilimitado |
| Transporte em ambulância | Máximo de 50 € / Dia Limite Máximo: 500 € |
| Envio de medicamentos ao domicílio | Transporte: Ilimitado |
| Envio de profissional de enfermagem | Máximo de 50 € / Dia |
| Copagamento a cargo da pessoa segura de 5 € por Deslocação | Limite Máximo: 500 € |
| Marcação de consultas e meios complementares de diagnósticos | Serviço: Ilimitado |
| Ajuda domiciliária | Máximo de 50 € / Dia Limite Máximo: 500 € |
| Procura e envio de uma doméstica ao domicílio | Serviço: Ilimitado |
| Assistência a crianças (Baby Sitting) | Serviço: Ilimitado |
| Recolha e entrega de roupa para lavar e engomar | Serviço: Ilimitado |
| Encaminhamento e Guarda de Animais Domésticos | Transporte: Máximo: 750 € |
| Acolhimento e Acompanhamento de crianças | Serviço: Ilimitado |
| Informações sobre farmácias de serviço | Serviço: Ilimitado |
| Informações sobre hospitais, clínicas, centros de saúde ou de primeiros socorros e médicos | Serviço: Ilimitado |
| Pagamento de despesas de comunicação | Serviço: Ilimitado |
| Serviços Conforto | |
| Limites máximos | |
| Informações e envio de táxis | Serviço: Ilimitado |
| Informações sobre trânsito | Serviço: Ilimitado |
| Informações sobre itinerários | Serviço: Ilimitado |
| Informações de viagem | Serviço: Ilimitado |
| Informações e reservas de restaurantes | Serviço: Ilimitado |
| Informações culturais | Serviço: Ilimitado |
| Informações e reservas de veículos de aluguer | Serviço: Ilimitado |
| Reserva de bilhetes de viagem e de espetáculos | Serviço: Ilimitado |



LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Rua de S. Domingos à Lapa, 35 1249-130 Lisboa PORTUGAL www.lusitania.pt
T (+351) 210 407 510 / 220 407 510 (Dias úteis, das 08h30 às 19h30) F (+351) 213 973 090 E lusitania@lusitania.pt
Capital Social 12.500.000 Euros Pessoa Coletiva n.º 501 689 168 Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa